

CAMINHOS E DESCOBERTAS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO UM DIREITO DOS CORPOS TRANS

*PATHS AND DISCOVERIES OF HUMAN RIGHTS EDUCATION:
INCLUSIVE EDUCATION AS A RIGHT OF TRANS BODIES*

Gisleule Maria Menezes Souto¹

Resumo: O presente artigo visa a dissertar sobre a educação em direitos humanos enquanto educação inclusiva para os corpos trans. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos o direito a educação é universal, portanto, integrar esses corpos na educação regular é um desafio para o Estado. A aprovação e permanência de corpos trans nas salas de aula e a inclusão dessas pessoas indicam que as experiências de inclusão podem carregar com elas o fundamento da libertação coletiva que perpassa os desafios financeiros impostos á permanência desses sujeitos nas escolas. Para tanto, utilizar-se-á de uma pesquisa bibliográfica em que os dados necessários serão extraídos, de artigos científicos, revistas especializadas, entre outras fontes.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Educação Inclusiva; Corpos Trans.

Abstract: This article aims to discuss human rights education as an inclusive education for trans people. According to the Universal Declaration of Human Rights, the right to education is universal, therefore, integrating these people into regular education is a challenge for the State. The approval and permanence of trans people in classrooms and the inclusion of these people indicate that experiences of inclusion can carry with them the foundation of collective liberation that goes beyond the financial challenges imposed on the permanence of these individuals in schools. To this end, a bibliographical research will be used in which the necessary data will be extracted from scientific articles, specialized magazines, among other sources.

Keywords: Human Rights; Inclusive Education; Trans People.

¹ Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1984), graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1991), graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2016), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2022).

Muito frequentemente, a conversa sobre direitos é linear e aborda apenas um aspecto da conquista pela igualdade, o da defesa dos direitos através de um movimento em direção a uma mudança de legislação e nas políticas. Eu quis criar uma conversa humana sobre a dor que enfrentamos, esse ostracismo, e colocá-lo à luz para que as pessoas o vejam. (SIPELI,2023).²

Este artigo tem como escopo discorrer sobre a educação como um direito para corpos não binários. O postulado da dignidade humana é um vetor significativo nesse processo. O dia nacional da visibilidade trans é celebrado em 29 de janeiro, data em que foi lançada em 2004, em Brasília, a campanha intitulada *Travesti e Respeito*. O mês é dedicado à visibilidade trans e é marcado por reflexões sobre: a importância da representatividade de pessoas transgêneros: a aceitação da transexualidade; a luta por acesso à saúde, educação, emprego digno e renda; o enfrentamento ao preconceito e à discriminação. O direito à educação proclamado em lei segundo o artigo 205 da CF, reza que esta é um direito subjetivo, individual e inalienável do sujeito, cabendo ao Estado se responsabilizar e, criar mecanismos para que, ele se concretize de maneira adequada.

A primazia estatal na provisão deste direito é consequência da necessidade de garantir a redução das desigualdades sociais, pois, é necessariamente a educação em direitos humanos que, possibilita ao ser-no-mundo ser visto como sujeito e não como um mero objeto.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, delineiam-se direitos básicos que visam garantir a integridade do ser-no-mundo, e cujo preâmbulo ressalta a necessidade do respeito por outrem, bem como a garantia da liberdade, da justiça e a luta contra a opressão e a discriminação. O direito à educação, é tratado como uma garantia fundamental para o exercício de todos os direitos. O documento estabelece como prioridade, portanto, a universalização do acesso à educação e a promoção da equidade, de modo a superar todos os

² Poeta e ativista fijiano que promoveu narrativa para os direitos LGBTQ+ no pacífico Escrito por Mong Palatino. Um retrato de Melina Coelho. Traduzido por Melina Coelho.

obstáculos que impeçam a participação de crianças, jovens e adultos no processo educativo. Para isso, preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação, bem como de todas as demais esferas da sociedade, em conformidade com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 1990. (UNESCO, 1990).

O preâmbulo dos Princípios de Yogyakarta, documento sobre direitos humanos que contempla as expressões orientação sexual e identidade de gênero, e que também reconhece como violações quaisquer transgressões a tais direitos. Publicados em 2006, os Princípios deste documento são resultantes de uma reunião internacional de grupos de direitos humanos realizada em Joquejacarta cidade da Indonésia. O documento assevera que orientação sexual e identidade de gênero são aspectos essenciais a serem considerados para a observância da dignidade e da humanidade e, por isso, não devem ser motivos de discriminação ou abuso, porquanto segundo esses princípios, todos os seres humanos nascem livres e iguais em direito e dignidade enfatiza o direito da população LGBTQI+ ao gozo universal dos direitos humanos, estabelece que os Estados devem emendar leis, reconhecer a indivisibilidade de todos os aspectos da identidade humana e implementar programas de educação e conscientização para garantir o gozo dos direitos humanos por todos. (Princípio 1).

Na busca incessante de garantir às pessoas trans o acesso ao sistema educacional, a resolução nº 12/2015 do CNCD LGBT estabelece parâmetros para o acesso e permanência nas instituições de ensino, formulando orientações para o reconhecimento institucional das identidades de gênero. Integrar esses corpos no ensino regular é um dos desafios que o Estado e as instituições de ensino enfrentam, uma vez que, o paradigma do direito à educação desses sujeitos enquanto direito social vem alcançando um espaço significativo no cenário nacional.

A aprovação e permanência de corpos trans nas salas de aula e a inclusão dessas pessoas indicam que as experiências de inclusão podem carregar com elas o fundamento da libertação coletiva que perpassa os desafios financeiros impostos à permanência desses sujeitos nas escolas, a “ciscolonialidade do saber” permeia o que é escrito sobre corpos trans,

produzindo inexistências, silenciamentos, mas algumas histórias ocultadas e invisíveis são desveladas neste artigo, uma vez que retirar esses corpos da invisibilidade é abandonar a concepção de que as pessoas somente serão ouvidas/lidas se forem binárias, é retirar esses corpos da posição desfavorável e inferior com que sempre foram identificados na cultura brasileira.

Fronteiras parecem ser criadas com o objetivo de distanciar, separar cientificamente, culturalmente e historicamente o conhecimento. Por intermédio da educação reconhece-se que há certo distanciamento entre a educação para as pessoas binárias e as não binárias. Portanto, a perspectiva de rompimento, por intermédio de uma forma diferenciada de educação na qual não há separação entre corpos trans e corpos binárias configuraria um tipo de pensamento válido e congruente com a perspectiva de ensinar a crianças, jovens e adultos, independentemente do corpo, os conteúdos sobre direitos humanos.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2010), o pensamento moderno ocidental é abissal, pois consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis, criando abismos estruturais entre culturas, sociedades, economias e modos de educar e de produzir conhecimento e de corpos. As distinções invisíveis são estabelecidas, através de linhas radicais que dividem a realidade educacional em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha”, corpos binários com direito à educação de boa qualidade, e o universo do “outro lado da linha”, os corpos trans historicamente excluídos e marginalizados. Essas formas de distinção visíveis e invisíveis na modernidade ocidental se caracterizam, portanto, como um paradigma fundado na tensão entre a regulação e a emancipação social, por meio da distinção entre corpos.

O pensamento pós-abissal parte do reconhecimento de que a exclusão social, no seu sentido mais amplo, toma diferentes formas, conforme determinam a linha abissal ou não abissal, e que, enquanto a exclusão abissalmente persistir, não será possível qualquer alternativa de inclusão dos corpos trans. Nesse diapasão, a escola deverá ser um lugar onde a educação passe a ensinar os direitos humanos.

Contrariando a ideia de que a escola não é lugar para os corpos trans, é possível afirmar que as narrativas apresentadas, bem como muitos outros corpos trans, rompem com as linhas abissais no fazer educativo. Boaventura de Sousa dos Santos (*apud* PASSOS, 2022, p. 45) advoga uma ampliação simbólica de saberes, práticas e agentes, de forma a identificar neles as tendências de futuro.

Uma dessas tendências são as chamadas Pedagogias Decoloniais³ afirmadas pelos movimentos sociais latino-americanos apresentados com o objetivo de combater o sexismo, o empobrecimento, a LGBTQIA+fobia e o racismo. Busca contrapor o que hegemonicamente foi difundido como método científico, visto que cientificismo, positivismo, autoridade masculina, elitismo, binariedade e eurocentrismo devem ser desembaraçados, conforme um processo no qual um conhecimento libertador é desenvolvido. São pedagogias que traçam uma relação com a vida, com a concretude da existência e do conhecimento, e, de acordo com os movimentos sociais latino-americanos andam de mãos dadas. Os saberes construídos em suas lutas emergem de uma práxis-político-pedagógica que não proclama um lugar universal, desincorporado e neutro. Pelo contrário, reconhecem que transformações têm estreitas relações com as que as constituem, e encontrar formas dos corpos trans saírem da invisibilidade e perpassarem a exclusão. (PASSOS, 2002).

Educar em direitos humanos no Brasil significa pensá-los a partir de um olhar que questione os alicerces da cultura nacional, em um movimento de reconstrução (ou nova construção) de bases

³ Perspectiva que considera que alterar as políticas de reconhecimento não deve se encerrar apenas em remendar as estruturas educacionais, colocando rampas para cadeirantes, permitindo o acesso aos banheiros de acordo com a identidade de gênero para pessoas trans. A educação pode ser um poderoso recurso para a persistência de uma vida, uma vez que, através dela, nos encontramos com o outro, acessamos não só a tradição, com conhecimentos e perspectivas de alguns daqueles que nos precederam, mas também a possibilidades de compor alianças com potencial de produzir novas histórias de mundo. Assim, as políticas de (re) conhecimento dentro dos espaços educacionais precisam ser consideradas e revisadas. (PASSOS,2002).

epistemológicas que dão sustentação às concepções de educação e de direitos, desmitificando sua natureza violenta e excludente instituída pelo paradigma dominante de que determinados sujeitos têm direito a permanecer na escola e outros devem se retirar. Maria Victória Benevides (2012) dirá que educar em direitos humanos requer uma mudança cultural, que possa realmente abalar o que está enraizado nas mentalidades, muitas vezes marcadas por preconceitos, por discriminação, pela não aceitação dos direitos de todos, pela não aceitação dos “diferentes”. Trata-se, portanto, de uma mudança cultural especificamente importante para o contexto brasileiro, cuja pluralidade/diversidade educacional sedimentou suas estruturas de saber e poder sobre a negação do outro, numa prática de violência epistemológica que se serviu da escravidão de negros e indígenas, e que rejeita os menos favorecidos economicamente e os corpos não binários, violando todos os princípios de dignidade da pessoa. Os saberes construídos em suas lutas emergem de uma práxis-político-pedagógica que não proclama um lugar universal, desincorporado e neutro. Pelo contrário, reconhecem que as transformações corporais têm estreitas relações com as que as constituem. O caminho percorrido por esses sujeitos no ambiente escolar é marcado pela invisibilidade, pelo não reconhecimento do direito de frequentarem esse espaço. Maria Clara Passos⁴ (2022) é um exemplo de alguém, que buscou, através da educação, ultrapassar a exclusão imposta a seus corpos e os estigmas a eles associados (como o da prostituição e o de sua inserção nos movimentos LGBTQIA+). Ela relata que, desde cedo, o âmbito

⁴ Ela se afirma como Maria Clara desde os 16 anos. É bacharel em pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestranda em educação (Sociologia da educação) pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Estudos Afro-Latinos Americanos e Caribenhos, pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (CLACSO)/Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO). Atualmente trabalha com temas como intersecções entre (identidade de) gênero e raça, currículos decoloniais, movimentos progressistas na América Latina, transfeminismos e movimentos transnacionais de extrema direita e suas agendas educacionais antigênero. (PASSOS, 2022).

educacional deixou, o mais explícito possível, uma dificuldade em compreender as particularidades da vida de pessoas trans. Além disso, as várias reivindicações pleiteadas para ser identificada pelo nome social e o reconhecimento de sua identidade de gênero não foram atendidas,⁵ o que a levou a constatar sua exclusão ou invisibilidade. Ela conta ainda que, durante sua permanência na escola, as violências por conta da sua identidade sempre trouxeram retaliações em salas, corredores e banheiros. Apesar da insistência social e institucional em não reconhecer sua existência, Maria Clara insistia em existir.

A violência estabelece-se nas sociedades por caminhos diversos e oblíquos, revelando injustas relações de poder entre os sujeitos e interferindo diretamente nas constantes (re)formulações identitárias. Quando institucionalizada, pode não ser percebida. A violência sofrida pelos corpos trans demonstra que a escola, para esses sujeitos, não simboliza um espaço de acolhimento, educação e aprendizagem; mas de opressão, dor e rejeição. Infelizmente é comum que tais constrangimentos impulsionem esses corpos a abandonarem a escola, e irem em busca da prostituição.

Maria Clara Araújo dos Passos relata que sempre foi excluída⁶ no ambiente escolar e que os olhares de reprovação sempre a acompanharam. Uma pergunta excludente insistia em não se calar: o que ela faz aqui?”. Para as pessoas que diariamente excluem o diferente, a figura desses sujeitos incomoda, pois, sob a ótica da exclusão, eles deveriam estar nas esquinas das ruas e não nos corredores das escolas. No ambiente escolar, as diferenças começam a ser cruelmente apontadas, tornando a escola um ambiente hostil, promotor de violências. Isso ocorre, no geral, devido ao despreparo e desconhecimento da sociedade sobre corpos trans. Uma vez mais, a ignorância reina.

⁵ Se, no passado, a professora tirou a boneca da sua mão, no presente, o Reitor afirmava não ter demandas para usar seu nome social. (PASSOS, 2022).

⁶ Os banheiros femininos estão com as portas fechadas, o nome das cadernetas não pode ser alterado e os olhares de escárnio estão por toda parte, do corredor à sala, do banheiro à secretaria. (PASSOS, 2022).

Além da exclusão e da insistência da sociedade em atribuir aos corpos trans a condição de uma existência sub-humana,⁷ segundo Maria Clara Araújo dos Passos, diversos outros aspectos vêm piorando: a precarização das condições de trabalho, os índices de mortalidade e depressão, a violência contra seus corpos, a ausência de cumprimento regular pelo Estado da legislação que reconhece as diversas formatações de identidade e a falha na criação de políticas públicas que reconheçam a realidade transgênero e busquem medidas adequadas para garantir sua condição de sujeitos de direitos.

Mesmo assim, Maria Clara Araújo dos Passos continuou rompendo as barreiras da exclusão e foi a primeira pessoa da sua família a ser aprovada⁸ em uma universidade. Sua aprovação pode ser entendida como uma forma de resistência em uma sociedade que, lhe proporcionou uma existência sub-humana.

Ademais, é importante, atentar-se para a ambiguidade e a efemeridade do elemento corpo, porque, mais que um construto de que se extraem fontes de certezas, ele é, sobretudo, capaz de produzir questionamentos.

A relação de transgêneros com seu corpo é essencial para sua visibilidade como ser no mundo, portanto, o direito ao corpo como formador de identidade deve ser exercido em liberdade. Nessa seara, Laysa Carolina Machado Knop é um corpo que anuncia o sentido de sua existência através de projetos e da arte decolonial.

A transição aconteceu aos 28 anos de idade, e não foi um processo fácil, porquanto todas as bonificações obtidas com o corpo vivido⁹ ficariam para trás, e a morte era, e é, um fator constante na existência desses corpos. Por receio de ser morta e perseguida, escondeu sua

⁷ Ao questionar a existência de pessoas trans em vários locais de trabalho, e não somente embaixo do poste, ela demonstra essa existência. Segundo ela, essa exclusão se apresenta cotidianamente. Por exemplo: quantos corpos trans estão na sala de aula e quando é que esses corpos não são excluídos? Quais são os postos de trabalho que esses corpos ocupam? (PASSOS, 2022).

⁸ A aprovação é entendida como uma conquista, um rompimento da barreira de exclusão. (PASSOS, 2022).

⁹ Entendido como o corpo biológico.

identidade trans por muito tempo, bem como também por temer a perda do emprego e a reação da sociedade, quando percebesse que o professor de História havia feito a transição, e seu novo corpo não era mais considerado “adequado” para ser professora. Porém, tal inquietação foi respondida de forma positiva algum tempo depois, mas, no início, a caixa de Pandora se abriu, e todos os preconceitos são elencados: possui traços indígenas e pai quilombola. Tempos depois, é reconhecida por seu trabalho e eleita, pelo voto direto, como diretora de uma escola, tendo influenciado ex alunos a se tornarem professores. Laysa Carolina Machado Knop¹⁰ rompeu o preconceito com o trabalho.

O processo que alija certos corpos e determinadas garantias a direitos fundamentais perpassa a corporeidade trans compreendida como (in) adequada ao conceito binário. (SAMPAIO, 2010). Por este motivo, Laysa Carolina Machado Knop, fez uma transição tardia, aos 28 anos, para o corpo idealizado¹¹ que traria no seu bojo o não direito a garantias, e, direitos fundamentais, inclusive à própria dignidade, estaria ameaçada, e se tornaria um sujeito demonizado inferior. (SOBRE..., 2022).

Para fugir da estigmatização verberada aos corpos trans pela sociedade que apregoa que seu lugar é na rua debaixo dos postes, a arte decolonial possibilita a esses corpos ultrapassarem fronteiras. O corpo trans já evidencia uma noção de exclusão construída pelos discursos hierárquicos e seu conhecimento e sua produção artística não produz

¹⁰ É historiadora e professora, primeira diretora transgênero eleita em uma escola na região metropolitana de Curitiba. Atriz (filme estômago 2), escritora (livro os pés pretos), diretora (Filme Maldita), produtora, roteirista e empresária. Foi com o filme Primavera de Fernanda” que a atriz ficou conhecida no exterior, após indicação e premiação em festivais internacionais. A produção da Beijaflore Filmes foi ovacionada pela crítica e o filme encanta pelo mergulho de uma obra de ficção que mais se assemelha à realidade que vemos no dia a dia. Também com o curta, Laysa foi laureada como Melhor Atriz no “Prêmio Latino 2018” na Espanha; Melhor Atriz no “2º Festival de Cinema Sertão e Diversidade”, em 2018; Melhor Atriz no “17º Noia - Festival do Audiovisual Universitário”, em 2018; e Melhor Atriz no “12º For Rainbow – Festival de Cinema e Cultura da Diversidade Sexual”, em 2018.

¹¹ Compreendido como o corpo enquanto expressão que, carrega o sentido da existência.

cultura. Todavia, pensados a partir da decolonialidade sobre produção cultural, tais corpos propõem arte como pontos de partida para reflexões críticas sobre sua existência, suas lutas, sua invisibilidade, e a falta de políticas públicas características, livres de estéticas elitistas, hegemônicas ou binárias que os forcem a indagar sobre outras possibilidades existenciais cotidianamente, e de vivenciar o corpo idealizado, mesmo que por alguns instantes, e ainda continuar na invisibilidade. Laysa Carolina Machado Knop tem mais de 30 anos de carreira como artista invisibilizada, por ser oriunda da periferia, por possuir uma característica não padronizada em relação à estética que a sociedade estipulou. Ela não se acha bonita e foge ao padrão cis. Ademais, a arte é cruelmente ditatorial, no que tange à juventude, principalmente para a mulher. Mas é um dos locais onde referências de corpos trans precisam ocupar, para combaterem o preconceito de que a arte não é lugar para esses corpos.

Os projetos concretizados lhe possibilitaram desvelar o ódio que os corpos trans carregam, e que revela a incapacidade humana socialmente construída de compreender que esses corpos são multifacetados, ambíguos e distantes da pretensão branco e heteronormativa que sobre ele se impõe. São, portanto, inscritos em relações de poder dominantes sobre corpo e identidade de gêneros, uma genealogia decolonial epistemológica comprometida com a percepção de mundo e se produz em convivência com ampla diversidade de perspectivas atravessadas pelos processos coloniais branco-europeu, masculino - feminino que, frequentemente, exterminam ou marginalizam estas diversidades corporais e identidades de gênero, por meio de culturas e sociedades que afetam todas as dimensões da existência social, tais como a sexualidade, a autoridade e o trabalho. (QUIJANO; ENNIS, 2000).

Assim, os processos normativos que constituem colonialidade sobre as diversidades corporais e identidades são institucionalizados e atravessados por inflexões decoloniais de corpos e gênero implicados nas perspectivas existenciais. Tais inflexões permitem compreender que o corpo trans não é demonizado, e a culpa também não deveria ser uma

constante na existência desses corpos, mas, sim o cuidado. (COMO..., 2021).

Existindo no mundo, os corpos trans sempre se dirigem para este mundo de maneira cuidadosa, uma vez que é pelo cuidado que as relações entre eles e o mundo deveriam ser estabelecidas. O cuidado é uma preocupação com a responsabilidade em face da presença em um mundo de incertezas cuja única obviedade, no caso desses corpos, é sobreviver. Segundo Thiago Teixeira (2021, p. 93) “o cuidado é uma escolha ética, não porque faz que nos coloquemos no lugar do outro, mas que entendamos como, a partir do nosso lugar, podemos fraturar ou manter as lógicas de violência contra o outro”. Ademais, é pelo cuidado que as relações devem ser estabelecidas, e o respeito por outrem é condição fundamental de existência.

Ainda no caminho do desvelamento, outras narrativas de superação da exclusão por intermédio da educação serão desvelados.

Amara Moira¹², eu nasci, disseram para mim ‘você é um homem’ e eu tentei ser esse homem por muito tempo. De alguma forma nem sempre é fácil a gente descobrir que a vida foi programada para nós, não é a melhor das vidas, não é mais interessante ou a mais leve. Durante muito tempo, eu tentei ser esse homem que disseram que eu era quando eu nasci e com 29 anos, foi o momento em que eu tive condições de me blindar e de me preparar para enfrentar o que viesse pela frente”. Durante seu doutorado na UNICAMP sobre a produção literária de James Joyce, iniciou seu processo de transição de gênero. Tinha, então, 29 anos de idade. (MOIRA, 2023).

Quando você transiciona cedo demais, você vai acabar sofrendo um monte de violências, porque você vai estar por um momento muito vulnerável da sua vida. Eu que começo minha transição com 29 anos, acaba que eu consegui me

¹² escritora, professora de literatura e ativista brasileira. Moira é doutora em teoria literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e tornou-se a primeira mulher trans a obter o título pela referida universidade usando seu nome social. Seu nome é inspirado na Odisseia de Homero, em que as moiras eram videntes que previam um destino amargo para Ulisses. Portanto, seu nome significaria "destino amargo". (MOIRA, 2023).

blindar um pouco melhor. Eu já era conhecida dos professores, dos alunos, que já tinha relação afetiva comigo, já existiam outras pessoas trans que tinham acabado de transicionar que estavam ocupando o espaço ali, abrindo espaço para os debates a respeito de pessoas trans no meio universitário, eu já tava dentro da militância LGBT como bissexual também. [...] (MOIRA *apud* TORTORELLO, 2021).

É uma questão complicada, porque na universidade havia 5 pessoas trans e 30 mil alunos então no espaço onde o tempo inteiro ficavam olhando para mim, o tempo inteiro me sentia sendo julgada, avaliada eu me senti um objeto estranho ali, um corpo estranho e quando eu ia visitar minhas amigas prostitutas, era uma rua só de travestis, uma rua inteira de pessoas que tinham vivido coisas que eu estava começando a viver num espaço de resistência, um espaço onde corpos como os meus são normais, podem ser chamados de bonitos, onde eu podia construir uma relação com meu corpo mais positivo era muito bom estar ali”, relata a escritora. (MOIRA *apud* TORTORELLO, 2021).

Duda Salabert Rosa¹³ é professora de literatura, ativista e deputada federal desde 2022. Em 2018 foi a primeira pessoa transgênero a candidatar-se ao cargo de Senadora. Em 2020, foi eleita vereadora na cidade de Belo Horizonte. Em 2022, eleita uma das primeiras deputadas federais trans da história, junto com Erika Hilton.

Jaqueline Gomes de Jesus¹⁴, Participa de movimentos sociais desde 1997, quando conheceu o Estruturação - Grupo LGBT de Brasília,

¹³ Duda é formada em letras pela PUC-Minas, possui mais de 20 anos de experiência como professora de teoria da literatura. Em sua graduação, foi bolsista da iniciação científica, sendo destaque nos anos de 2003, 2005 e 2008. Ao se formar, recebeu Diploma de Honra ao Mérito. Posteriormente se formou em Gestão Pública pela UEMG. Também é idealizadora e presidenta da ONG *Transvest*, que oferece cursos educacionais a pessoas transgênero e travestis.

¹⁴ Ingressou no curso de Química em 1996, o qual largou após um ano, quando se tornou caloura do curso de Psicologia na Universidade de Brasília (UnB), onde também cursou seu mestrado, concluído em 2005, com a dissertação "Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo: Representações Sociais dos Libertadores", e doutorado, concluído em 2010, com a tese "O Protesto na Festa: Política e Identidade nas Paradas do Orgulho

do qual se tornaria presidente em 1999. Ainda durante a graduação, ajudou fundar a Associação de Acadêmicos Gays, Lésbicas e Simpatizantes do Brasil (AAGLS), presidida por Luiz Mott, e fundou a ONG Ações Cidadãs em Orientação Sexual (ACOS).

Foi assessora do vice-reitor da UnB, Timothy Mulholland, e participou da formulação do Sistema de Cotas para Negras e Negros, iniciativa pioneira no país, do qual foi a primeira gestora, ocupando o cargo de Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas e coordenadora do Centro de Convivência Negra, entre 2004 e 2008.

Participou da organização da 1ª Conferência Distrital GLBT e da 1ª Conferência Nacional LGBT. Foi eleita presidente do Fórum LGBT do DF e do Entorno, tendo sido uma das organizadoras da Parada LGBT de Brasília. Também foi Conselheira do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal.

Participou do Grupo de Trabalho para Sistematização das Normas Eleitorais instituído pela Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvendo pesquisa sobre participação política da população LGBT. Desenvolve pesquisa sobre saúde mental de minorias sexuais e de gênero em países de baixa e média renda, em parceria com a Universidade Duke.

É pesquisadora-líder do ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (CNPq), integra a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e desde 2021 preside a Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH). (JESUS, 2023)

Entre 2008 e 2010, atuou no Departamento de Saúde, Previdência e Benefícios do Ministério do Planejamento, fazendo parte da equipe que formulou o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde dos Servidores Públicos Federais (SIASS), sendo responsável técnica pelos Princípios, Diretrizes e Ações em Saúde Mental, entre 2008 e 2009, e foi Assessora Técnica da Presidência da República em 2011 e do Ministério da

LGBT". Concluiu pesquisa de pós-doutorado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas em 2014, tendo investigado trabalho e movimentos sociais.

Justiça em 2012, no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

Juhlia Santos¹⁵, eleita vereadora de Belo Horizonte pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), conquistou 6.703 votos na eleição de 2024. Aos 41 anos, Juhlia é comunicadora, atriz, produtora cultural e performer. Primeira mulher quilombola e travesti a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de BH, Juhlia é integrante do Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango, um espaço de resistência e preservação da herança cultural e espiritual afro-brasileira.

Apesar da educação inclusiva e da existência negada, o corpo trans está em cena. Não é possível encarcerá-los ou prendê-los dentro de um armário, pois, ao entrarem em cena, abre-se para eles uma nova visibilidade que permite a leitura das inscrições existenciais, pois trata-se de um corpo que guarda e constrói histórias.

A maneira como esses corpos são percebidos reflete a forma como esses corpos frequentavam a sociedade e espaço, onde as relações de poder encriptam as formas de vida, mutilando-as, qualificando-as e padronizando-as para favorecerem modelos selecionados de identidade, reduzindo a abundância e a diversidade de formas humanas.

Os referidos corpos transitam em uma sociedade em que sua existência é marginalizada e reduzida à invisibilidade, sendo, portanto, selecionado para ser mutável, cabendo à sociedade a execução. Verifique-se, então, desde já, que a relação entre poder e vida é mutilada, qualificada e padronizada para favorecer modelos estandardizados de identidade, (MARMOL; GONTIJO, 2020) os corpos binários.

Apesar de todas as incertezas que cercam a existência dos corpos trans, por viverem em uma sociedade que insiste em excluí-los, estas pessoas constroem sua existência em um mundo circundado de

¹⁵ 41 anos, nasceu em Contagem (MG) e trabalha como produtora de espetáculos públicos. Ela se define como uma mulher negra, travesti, quilombola e artista. É a primeira vereadora quilombola da história de Belo Horizonte. Em sua candidatura, apresentou 11 diretrizes para seu mandato como vereadora da capital mineira, dentre elas direitos LGBTQIA+.

acontecimentos onde a educação apresenta a solução para “fugir” do destino “debaixo dos postes” em ruas desertas e da violência.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, MARIA VITÓRIA. **Educação em direitos humanos: de que se trata?** São Paulo: MEC, 18 out. 2012.

BRASIL (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Resolução nº12/2015. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>. Acesso em 10.jan.2025.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Inquilino no próprio corpo: reflexões sobre as transexualidades. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral. **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2014. Disponível em: <https://ihadigital.ufba.br/1184/>. Acesso em: 14 fev.2025.

COMO atender um paciente com intolerância à lactose? Dalila Machado. São Paulo: [s. n.1 vídeo (7 min.)]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4itReFPcTx8>. Acesso em: 4 fev. 2025.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS (Conferência de Jomtien – 1990). Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 4 fev. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Notas sobre as travessias da população trans na história**. [São Paulo]: UOL, 12 jun. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Acesso em: 3 fev. 2023.

QUIJANO, Anibal; ENNIS, Michael. Coloniality of power, ethnocentrism, and Latin America. **Nepantla**, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/347342/mod_resource/content/1/Quijano%20\(2000\)%20Colinality%20of%20power.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/347342/mod_resource/content/1/Quijano%20(2000)%20Colinality%20of%20power.pdf). Acesso em: 8 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Genebra: OHCHR, 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

MARMOL, Renata Rodrigues; GONTIJO, Lucas de Alvarenga. Diferença e risco: ensaio sobre encriptação do poder, racismo de estado e construção de subjetivações nas sociedades contemporâneas. **Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/inter/article/view/36480>. Acesso em: 8 jan. 2025.

MOIRA, Amara *et al.* **Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social: a coragem de existir**. Bauru: Astra Cultural, 2017.

PASSOS, Maria Clara dos. **Pedagogias das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. [Joguejarta]: Observatório de Sexualidade e Política, 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 8 fev. 2025.

SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos fundamentais: retórica e historicidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 23-72.

SOBRE minha transição #1. Coisa da Laysa. [S. l.], 2022. 1 vídeo (5 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GBMdAyyVwKI>. Acesso em: 23 jan. 2023.

TEIXEIRA, Thiago. **Decolonizar valores ética e diferença**. Salvador: Editora Devires, 2021.

TORTORELLO, Luciana. **Travesti, escritora e doutora**: conheça Amara Moira. [Curitiba]: Canal MyNews, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://canalmynews.com.br/mais/travesti-escritora-e-doutora-essa-e-amara-moira/>. Acesso em: 2 fev. 2025.